

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EMT”), nova razão social das Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - Cemat, é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia S.A. (“REDE”) - em “Recuperação Judicial”, que por sua vez é integrante do GRUPO ENERGISA, que atua na de distribuição de energia elétrica além da geração própria de energia por meio de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange todo o Estado de Mato Grosso com 903.378 km², atendendo 1.296.734 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes) em 141 municípios. A alteração da razão social da Companhia foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 02 de fevereiro de 2015. A Companhia possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 25 de Outubro de 1994.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 14, 16, 26 e 35, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- Nota nº 6 - Consumidores e concessionárias;
- Nota nº 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota nº 13 - Créditos tributários;
- Nota nº 22 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Nota nº 27 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda;
- Nota nº 32 - Instrumentos financeiros derivativos;
- Nota nº 33 - Benefícios a empregados.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado

- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (2)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (1)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (1)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores.

Existem três tipos de níveis para apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 32.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações

financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, consumidores e concessionárias, ativo financeiro setorial, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 32 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

- c. **Consumidores e concessionárias** - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.
- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL.
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.
- f. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a

orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 10.

- g. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, desde o exercício de 2012, a Companhia registrou como receita financeira o valor correspondente à diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 14.

- h. **Investimentos** - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- i. **Intangível** - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão.
- j. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.
- k. **Redução a valor recuperável** - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da

probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

- **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) Receitas - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) Custos e despesas operacionais - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) Investimentos de capital - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são baseadas no desempenho histórico da Companhia em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado, documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- l. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

- m. Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32.

- n. Imposto de renda e contribuição social** - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- o. Incentivos fiscais SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 13)

- p. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. **Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- s. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t. **Benefícios a empregados** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensões - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao

segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	47.913	49.718
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	144.841	80.922
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	37.484
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	20.866	25.546
Compromissada ⁽¹⁾	123.975	17.892
Total caixa e equivalentes de caixa	192.754	130.640

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2015 equivale a 104,31% do CDI (130,80% do CDI em 2014).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	2015	2014
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	139.054	550.962
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.427	18.258
Compromissadas ⁽¹⁾	62	-
Fundos de Investimentos ⁽²⁾	54.329	477.627
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	7.549	19.743
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	46.645
Compromissadas	1.686	116.496
Fundo de Renda Fixa	16.967	83.638
DPGE	2.365	54.186
Debêntures	13.858	11.757
Títulos públicos	11.904	93.329
Outros instrumentos	-	51.833
Fundo de renda fixa ⁽³⁾	59.030	31.927
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽⁴⁾	24.206	23.150
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	139.054	550.962
Circulante	114.848	527.812
Não circulante	24.206	23.150

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 75% até 103,20% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

- (2) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remuneradas de 104,43% até 127,75% do CDI.

- (3) Fundo de renda fixa Bradesco - possui liquidez imediata e é remunerado a 100% do CDI.

- (4) Fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 26/11/2020.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2015 equivale a 104,31% do CDI (130,80% do CDI em 2014).

6 Consumidores e concessionárias

O saldo de consumidores e concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 32.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ devedores duvidosos (4)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		2015	2014
Valores correntes: (1)									
Residencial	62.506	-	88.769	4.758	563	100	(5.421)	151.275	97.613
Industrial	38.467	-	17.298	2.110	2.677	9.313	(9.313)	60.552	41.645
Comercial	54.718	-	31.720	2.300	1.503	5.319	(6.822)	88.738	60.373
Rural	33.868	-	9.236	1.084	175	226	(226)	44.363	28.526
Poder público:	21.030	-	6.788	808	551	8.778	(8.778)	29.177	20.259
Iluminação pública	545	-	1.565	1.448	378	11.286	(11.286)	3.936	1.460
Serviço público	8.912	-	8.534	3.418	5.161	83.578	(83.578)	26.025	15.598
Fornecimento não faturado	139.735	-	-	-	-	-	-	139.735	110.680
(-) Arrecadação Processo Classificação	(201)	-	-	-	-	-	-	(201)	(351)
Valores renegociados:									
Residencial	4.745	6.323	4.640	2.595	3.467	7.123	(13.200)	15.693	8.967
Industrial	1.063	1.665	502	530	301	1.489	(3.077)	2.473	3.744
Comercial	1.902	3.665	1.303	677	917	2.109	(5.816)	4.757	4.242
Rural	1.702	2.064	533	97	214	454	(821)	4.243	1.783
Poder público:	1.785	13.844	962	298	772	25.710	(30.622)	12.749	10.120
Iluminação pública	92	3.380	40	19	223	100	(346)	3.508	3.354
Serviço público	1.869	2.544	342	24	54	65.998	(68.062)	2.769	1.069
(-) Ajuste valor Presente (3)	(306)	(5.666)	-	-	-	-	-	(5.972)	(899)
Subtotal	372.432	27.819	172.232	20.166	16.956	221.583	(247.368)	583.820	408.183
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	39.968
Outros	4.390	-	-	-	-	-	(42)	4.348	37.154
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Total	389.023	27.819	172.232	20.166	16.956	221.583	(247.410)	600.369	497.506
Circulante								561.588	440.277
Não Circulante								38.781	57.229

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos. Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço.
- (2) Refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$40.170 referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$43.979, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2015	2014
Créditos vincendos	-	39.968
(-) Aquisições de energia na CCEE	(40.170)	-
(-) Encargos de serviços do sistema	(43.979)	-
	(84.149)	39.968

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Uso de Estimativas: Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente;

- (3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de 14,14% a.a. (11,51% em 2014). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante;
- (4) Provisão para créditos de devedores duvidosos - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidas:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias;
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação ocorrida nos exercícios de 2015 e 2014:

Movimentação das provisões (*)	2015	2014
Saldo inicial - circulante - 2014 e 2013	272.647	175.895
Provisões constituídas no exercício	44.589	131.460
Reversão de provisões no exercício	(34.302)	(34.708)
Saldo final- circulante - 2015 e 2014	282.934	272.647
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	247.410	237.123
Títulos de créditos a receber (nota nº 7)	35.524	35.524

(*) As variações ocorridas no exercício de 2015 foi de R\$10.287, registrado na rubrica de provisão para devedores duvidosos, enquanto os valores de 2014 no montante de R\$96.752, tiveram seus registros nas rubricas de provisão para devedores duvidosos - R\$61.228 e em outras despesas financeiras - provisão para perdas - títulos de créditos - precatórios - R\$35.524.

- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, que se encontra suspenso por liminares, a Companhia possui o mesmo valor registrado em contrapartida no passivo não circulante (nota explicativa nº 24).

7 Títulos de créditos a receber

	2015	2014
Processo execução de precatórios P M de Cuiabá (1)	50.258	50.258
Outros títulos a receber	1.625	10.884
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(35.524)	(35.524)
	16.359	25.618
Circulante	-	9.259
Não circulante	16.359	16.359

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo não circulante

- (1) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá. A Companhia constituiu provisão de perdas mantendo o ativo pelo valor líquido esperado de realização.

8 Tributos a recuperar

	2015	2014
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	43.657	40.134
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (b)	34.604	12.987
Contribuição social sobre o lucro - CSSL (b)	6.483	1.963
Contribuições ao PIS e a COFINS (c)	28.994	11.292
Outros	456	456
	114.194	66.832
Circulante	67.919	23.578
Não circulante	46.275	43.254

- (a) Inclui carta de crédito no montante de R\$19.924 adquirido junto ao Estado de Mato Grosso que foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituídos pela Lei 9.165/2009, cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT. Além dos valores citados, a Companhia possui R\$23.733 de créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2015 e em exercícios anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base nos resultados apurados nos respectivos exercícios.
- (c) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2015 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível, os quais são realizáveis nos próximos 36 meses mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

9 Reajuste tarifário, revisão tarifária extraordinária e revisão tarifária periódica

9.1. Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores, as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória n.º 1.873, de 07 de abril de 2015, aprovou o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 08 de abril de 2015, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de uma redução de 0,38%.

9.2. Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para os consumidores da Companhia foi de 26,8%.

A Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

9.3. Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela Aneel através da nº 1.506, de 05 de abril de 2013 com reajuste médio percebido pelos consumidores de 0,95%, aplicados desde 08 de abril de 2013.

9.4. Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março foi de R\$5,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$4,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração quando passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Está sendo divulgado nas contas de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

10 Ativo e passivo financeiro setorial

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no exercício entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes passou a ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva, ou seja, iniciado em dezembro de 2014.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativo e passivo financeiro setorial tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldo em 2014	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	131.846	117.710	(120.266)	11.466	-	140.756	11.578	129.178	108.462	32.294
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	3.681	(33)	(2.215)	(4)	-	1.429	1.466	(37)	1.429	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	37.668	11.289	(28.315)	1.025	-	21.667	9.353	12.314	18.326	3.341
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	233	1.850	(93)	101	-	2.091	141	1.950	1.600	491
Encargo de serviços de sistema ESS	-	36.604	57.508	796	(78.247)	16.661	(20.739)	37.400	7.311	9.350
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.253	61.906	367	3.301	-	66.827	1.620	65.207	50.525	16.302
Conta Consumo de Combustível - CCC	1.078	-	(99)	-	-	979	979	-	979	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iii)	-	3.698	13.218	(1)	(14.704)	2.211	(398)	2.609	1.558	653
Sobrecontratação de energia (ii)	13.434	-	(13.434)	-	-	-	-	-	-	-
Exposição de submercados	-	-	(357)	-	1.428	1.071	1.071	-	1.071	-
Outros itens financeiros	1.184	5.062	-	-	(360)	5.886	-	5.886	1	5.885
Total Ativo	190.377	238.086	(93.686)	16.684	(91.883)	259.578	5.071	254.507	191.262	68.316
Passivo Financeiro Setorial										
Itens da Parcela A (i)										
Encargo de serviços de sistema ESS	78.247	-	-	-	(78.247)	-	-	-	-	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iii)	14.704	-	-	-	(14.704)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (ii)	69.113	88.478	(61.493)	9.735	(379)	105.454	6.210	99.244	80.643	24.811
CUSD	-	-	-	-	26	26	27	(1)	26	-
Outros itens financeiros	2.664	-	-	-	1.421	4.085	4.291	(206)	4.085	-
Total Passivo	164.728	88.478	(61.493)	9.735	(91.883)	109.565	10.528	99.037	84.754	24.811
Saldo líquido	25.649	149.608	(32.193)	6.949	-	150.013	(5.457)	155.470	106.508	43.505

- (i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

- (ii) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga; e
- (iii) **Neutralidade:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

11 Outros créditos

	2015	2014
Subvenção Baixa Renda (1)	9.246	6.543
Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	108.938	90.092
Banco Daycoval (3)	102.985	102.985
(-) Provisão para perdas (3)	(102.985)	(102.985)
Outros créditos a Receber - CELPA - em "Recuperação Judicial" (4)	21.547	21.547
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA (4)	(6.910)	(8.356)
ICMS - Aquisição de crédito terceiros (5)	-	11.246
Aquisição de combustível para conta CCC	26.826	12.663
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	31.351	25.617
Ordens de serviço em curso - Outros	2.400	4.276
Sub-rogação CCC (6)	39.677	42.857
Ordem de Desativação	3.469	152
Adiantamentos a fornecedores	6.464	7.025
Créditos a receber de terceiros-alienação de bens e direitos	10.095	8.099
Bloqueio Judicial	284	658
Outros	7.276	743
Total	260.663	223.162
Circulante	220.799	169.371
Não circulante	39.864	53.791

- (1) **Subvenção à Baixa Renda:** Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. O saldo foi totalmente recebido em janeiro de 2016.

	2015	2014
Saldo inicial - circulante - 2014 e 2013	6.543	5.831
Subvenção Baixa Renda	32.674	37.855
Ressarcimento pela Eletrobrás	(29.971)	(37.143)
Saldo final - circulante - 2015 e 2014 (1)	9.246	6.543

- (2) **Subvenção CDE:** Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto n° 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002. Em janeiro de 2016, foi recebido da Eletrobrás o montante de R\$94.282.

	2015	2014
--	------	------

Saldo inicial - circulante - 2014 e 2013	90.092	7.542
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	199.279	157.037
Ressarcimento pela Eletrobrás	(185.430)	(74.487)
Atualização financeira ^(*)	4.997	-
Saldo final - circulante - 2015 e 2014 (2)	108.938	90.092
Total Subvenções Eletrobrás (1) + (2)	118.184	96.635

(*) conforme regulamentação emitida pela ANEEL através da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

- (3) Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial”, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas desta acionista por antecipação, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medida judicial para a recuperação desse valor, que, atualmente, tramita perante o Juízo da Segunda Vara Especializada em Direito Bancário de Cuiabá (Proc. 24768-64.2012.811.0041 - Numeração antiga 1.461/2012 - Código 771688). A ação foi julgada improcedente em 13 de dezembro de 2013, contra o que a Companhia apresentou recurso de apelação, em 04 de fevereiro de 2014. Os autos foram distribuídos ao Desembargador Relator, com o qual se encontram desde 04 de junho de 2014. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, está acompanhando o andamento do processo.
- (4) Crédito a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em “Recuperação Judicial”, oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensavam, que quitou perante às Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do saldo total de R\$68.813 que a Companhia tem direito, cerca de 69% (R\$47.266) foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A Companhia mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$6.910 (R\$ 8.356 em 2014).
- (5) Créditos de ICMS adquiridos de gerador de energia elétrica, titular de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's), localizadas no Estado de Mato Grosso. Referidos créditos foram habilitados e registrados pela Companhia no sítio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, por meio de Pedido de Habilitação de Crédito, conforme procedimento disposto pela Secretaria. Posteriormente à habilitação e registro dos créditos, o Fisco Estadual notificou o gerador, e solidariamente a Companhia, questionando a validade do procedimento de habilitação dos créditos. Diante da notificação, a Companhia suspendeu o aproveitamento dos créditos até julgamento final dos recursos interpostos pelo gerador. Os detentores dos créditos perderam o prazo recursal para apresentar defesa à notificação da SEFAZ. Desta forma, em 2015, a Companhia considerou os contratos cancelados e efetuou a baixa dos valores em contrapartida da rubrica fornecedores no passivo circulante.
- (6) Sub-rogação CCC: Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:
- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014 e R\$3.234 em 2015, totalizando R\$35.275. O saldo a receber de R\$8.584, acrescido de atualização pelo IGPM de R\$3.165 totaliza R\$11.749. Em 21 de janeiro de 2016, foram recebidos os valores correspondentes ao período de novembro de 2014 a novembro de 2015, devidamente atualizados. O saldo remanescente após a baixa do recebimento ocorrido em janeiro de 2016 é de R\$799.
 - Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014 e R\$3.111 em 2015, totalizando R\$4.326. O saldo remanescente é de R\$27.928.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A Companhia tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2015	2014
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	35.275	3.165	11.749	11.818
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	4.326	-	27.928	31.039
Total		97.301	76.113	39.601	3.165	39.677	42.857
Circulante (Principal)						13.158	12.386
Circulante (Variação IGP-M)						1.292	1.118
Total do Circulante						14.450	13.504
Não Circulante (Principal)						23.354	26.922
Não Circulante (Variação IGP-M)						1.873	2.431
Total do Não circulante						25.227	29.353

12 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A (57,67% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Parapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S.A (Multi Energisa), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A e Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER) que também possui 36,83% de participação no capital social.

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A (EEVP) (68,27%) que por sua vez é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A (Denerge) (99,99%). Desde de 11 de abril de 2014 a Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM Participações S/A (BBPM) (39,89%) e JQM Participações S/A (JQM) (10,81%). A BBPM passou a ser controlada pela Energisa (89,61%) e JQM com 10,38%. A Energisa controla a JQM (99,99%). Energisa S/A possui 15,02% e Denerge 11,79% da Rede Energia.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo)	Serviços contratados (Despesa)	Receita financeira
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A. (1)	1.368	-	-
Energisa Soluções S.A. (2)	-	4.655	-
Multi Energisa Serviços S/A (3)	-	29.448	-
Energisa Soluções e Construções S.A. (2)	-	12.664	-
Energisa Serviços Aéreos Aeroinspeção S/A (5)	-	266	-
2015	1.368	41.305	-
2014	1.670	2.480	5.459
Relacionamento		2015	2014
SALDOS ATIVOS			
Circulante			
Consumidores e concessionárias:			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A. (1)	Grupo Econômico	39	36
Total		39	36

Relacionamento		2015	2014
SALDOS PASSIVOS			
Circulante			
Fornecedores:			
Energisa Soluções S.A. (2)	Grupo Econômico	2.995	358
Energisa Soluções e Construções S.A. (2)	Grupo Econômico	2.634	-
Multi Energisa Serviços S/A (3)	Grupo Econômico	5.002	-
Energisa Serviços Aéreos Aeroinspeção S/A	Grupo Econômico	283	-
Empréstimos e financiamentos:			
Eletrobrás (4)	Acionista não controlador	304.582	347.519
Total		315.496	347.877

(1) Energisa Mato Grosso do Sul S.A. - Contratos de compra e venda de energia elétrica

Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(2) Energisa Soluções S.A. - Serviços de Manutenção

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(3) Multi Energisa S.A. - Serviços Administrativos

Os contratos referem-se a serviços de CALL CENTER e Suporte a TI firmados junto à Multi Energisa Controladora Energisa S/A e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(4) Eletrobrás - Contratos de empréstimos e financiamentos

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos firmado com acionista não controlador (Eletrobrás) referente basicamente à repasses do Programa Luz para Todos. O detalhamento das taxas de juros e garantias, vide nota explicativa nº 18.

(5) Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A. - Serviços Aéreos de Prospecção usados nas linhas de alta tensão, subestações e nas redes de distribuição.

Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal foi de R\$676 (R\$288 em 2014) e da Diretoria foi de R\$3.519 (R\$3.871 em 2014). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios da previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$111 (R\$38 em 2014). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$499 (R\$485 em 2014).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros relativas ao mês de dezembro, foram de R\$44 e R\$2, (R\$41 e R\$2 em 2014), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2015 foi de R\$9 (R\$9 em 2014).

Na AGE de 29 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2015 no montante de R\$6.928 (R\$6.928 para o exercício de 2014).

13 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2015	2014
Ativo		
Prejuízo fiscal	26.230	-
Base negativa de contribuição social sobre o lucro	24.809	15.234
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	193.713	193.441
Contribuição social sobre o lucro líquido	54.371	54.405
Total	299.123	263.080
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(127.090)	(81.844)
Contribuição social	(45.752)	(29.464)
Total	(172.842)	(111.308)
Total líquido - ativo não circulante	126.281	151.772

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2015		2014	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	104.920	26.230	-	-
Base negativa da contribuição social sobre o lucro	275.666	24.809	169.269	15.234
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	162.152	55.132	208.980	71.053
Provisão para créditos (PCLD e Daycoval)	385.919	131.212	375.632	127.715
Outras provisões (honorários e outras)	126.255	42.927	105.325	35.810
Outras adições temporárias	55.333	18.813	39.025	13.268
Ativo financeiro setorial líquido	(150.013)	(51.004)	(25.649)	(8.721)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações	(154.830)	(52.642)	(73.812)	(25.096)
Encargos sobre reavaliação de ativos	(203.519)	(69.196)	(227.915)	(77.491)
Total - ativo não circulante	601.883	126.281	570.855	151.772

A seguir, as realizações dos créditos fiscais ativos:

Exercícios	Realização de créditos fiscais
2016	23.524
2017	27.703
2018	32.036
2019	21.434
2020	26.968
2021 a 2025	167.458
Total	299.123

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2015	2014
Lucro antes dos impostos	69.679	(35.821)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(23.691)	12.179
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(375)	(10.428)
Efeitos de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores Constituídos no Exercício	-	136.348
Créditos sobre incentivos fiscais (PAT/doações dedutíveis)	-	2.637
Outros	(367)	(141)
Imposto de renda e contribuição social	(24.433)	140.595
Alíquota efetiva	35,06%	-

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro de 2014 obteve aprovação do Ministério da Integração Nacional do seu pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023 e o deferimento de seu pedido junto à Receita Federal - Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA, de 02 de fevereiro de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 114/2014, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foi apurado base de cálculo de lucro de exploração.

Uso de estimativa: os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

14 Contas a receber da concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária), determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA. Com a aplicação do novo índice de atualização desde a última revisão tarifária, foram apurados efeitos de R\$10.667, registrados em receita financeira na demonstração de resultado.

Em abril de 2013, a Companhia concluiu o 3º Ciclo de revisão tarifária periódica (3CRTP), e o valor estimado de indenização foi ajustado com base no laudo utilizado para determinação da base de remuneração regulatória até 2018.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$81.018 (R\$24.358 em 2014), incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Movimentação	2015	2014
Ativo financeiro custo corrigido - 2014 e 2013	878.868	737.080
Adições no exercício (*)	118.222	123.628
Baixas no exercício	(3.845)	(6.198)
Subtotal	993.245	854.510
Atualização contas a receber da concessão - VNR (**)	81.018	24.358
Ativo financeiro custo corrigido -2015 e 2014	1.074.263	878.868

(*) Transferência do intangível para o grupo de contas a receber da concessão;

(**) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização da base de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

15 Investimentos

A Companhia mantém ativos não inclusos na base de remuneração tarifária, destinados à locação conforme abaixo:

	2015	2014
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.285	1.577
Terrenos	1.384	1.384
Outros investimentos	712	139
Depreciação acumulada	(149)	(250)
	6.232	2.850

16 Intangível e Imobilizado

	2015	2014
Imobilizado	10.349	13.780
Intangível - contrato de concessão	1.830.771	1.650.965
Total	1.841.120	1.664.745

Intangível - contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldos 2014	Adição (**)	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldos 2015
Intangível em Serviço						
Custo	3.416.833	-	208.816	(39.960)	-	3.585.689
Amortização Acumulada	(1.440.335)	-	-	22.405	(179.339)	(1.597.269)
Subtotal	1.976.498	-	208.816	(17.555)	(179.339)	1.988.420
Em Curso	428.633	492.166	(208.816)	(137.331)	-	574.652
Total	2.405.131	492.166	-	(154.886)	(179.339)	2.563.072
(-) Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	866.335	50.905	(1.453)	-	-	915.787
Amortização Acumulada	(227.417)	-	-	-	(50.284)	(277.701)
Subtotal	638.918	50.905	(1.453)	-	(50.284)	638.086
Em Curso	115.248	26.987	1.453	(49.473)	-	94.215
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	754.166	77.892	-	(49.473)	(50.284)	732.301
Total Intangível	1.650.965	414.274	-	(105.413)	(129.055)	1.830.771
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	325	-	-	-	-	325
Máquinas e equipamentos	9	-	1.697	-	-	1.706
Veículos	38.310	-	-	-	-	38.310
Móveis e utensílios	14	-	93	-	-	107
Total do imobilizado em serviço	38.658	-	1.790	-	-	40.448
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(128)	-	-	-	(14)	(142)
Máquinas e equipamentos	(7)	-	-	-	(175)	(182)
Veículos	(24.728)	-	-	-	(5.015)	(29.743)
Móveis e utensílios	(15)	-	-	-	(17)	(32)
Total Depreciação acumulada	(24.878)	-	-	-	(5.221)	(30.099)
Subtotal Imobilizado	13.780	-	1.790	-	(5.221)	10.349
Imobilizado em curso	-	1.790	(1.790)	-	-	-
Total do Imobilizado	13.780	1.790	-	-	(5.221)	10.349
Total Geral	1.664.745	416.064	-	(105.413)	(134.276)	1.841.120

(*) Das baixas no montante de R\$105.413, R\$118.222 foi transferido para o contas a receber da concessão, (R\$30.364) refere-se a contratos de participação financeira do consumidor que foram cancelados vinculados a obrigações especiais e R\$17.555 a baixas realizadas no exercício.

(**) R\$50.905 adição em serviço das obrigações especiais refere-se a Resolução nº4.463 de 17 de dezembro de 2013.

Intangível	Saldos 2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldos 2014
Intangível em Serviço						
Custo	3.274.546	-	194.665	(52.378)	-	3.416.833
Amortização Acumulada	(1.304.950)	-	-	37.138	(172.523)	(1.440.335)
Subtotal	1.969.596	-	194.665	(15.240)	(172.523)	1.976.498
Em Curso	512.218	249.217	(194.665)	(138.137)	-	428.633
Total	2.481.814	249.217	-	(153.377)	(172.523)	2.405.131
(-) Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	831.433	17.341	17.561	-	-	866.335
Amortização Acumulada	(182.868)	-	-	-	(44.549)	(227.417)
Subtotal	648.565	17.341	17.561	-	(44.549)	638.918
Em Curso	86.665	60.653	(17.561)	(14.509)	-	115.248
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	735.230	77.994	-	(14.509)	(44.549)	754.166
Total Intangível	1.746.584	171.223	-	(138.868)	(127.974)	1.650.965
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	325	-	-	-	-	325
Máquinas e equipamentos	9	-	-	-	-	9
Veículos	38.310	-	-	-	-	38.310
Móveis e utensílios	14	-	-	-	-	14
Total do imobilizado em serviço	38.658	-	-	-	-	38.658
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(114)	-	-	-	(14)	(128)
Máquinas e equipamentos	(4)	-	-	-	(3)	(7)
Veículos	(19.263)	-	-	-	(5.465)	(24.728)
Móveis e utensílios	(8)	-	-	-	(7)	(15)
Total Depreciação acumulada	(19.389)	-	-	-	(5.489)	(24.878)
Subtotal Imobilizado	19.269	-	-	-	(5.489)	13.780
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado	19.269	-	-	-	(5.489)	13.780
Total Geral	1.765.853	171.223	-	(138.868)	(133.463)	1.664.745

(*) Das baixas no montante de R\$138.868, R\$123.628 foi transferido para o contas a receber da concessão, R\$15.240 referem-se à baixas realizadas no exercício.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada foi de 4,05% (3,95% em 2014).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2015	2014
Contribuições do consumidor (1)	857.287	813.048
Participação da União - recursos CDE (2)	433.182	420.893
Participação do Governo do Estado (2)	9.348	8.643
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	52.119	36.091
(-) Amortização acumulada	(277.701)	(227.417)
Total	1.074.235	1.051.258
Alocação:		
Contas a receber da concessão	341.934	297.092
Infraestrutura - Intangível em serviço	638.086	638.918
Infraestrutura - Intangível em curso	42.096	79.157
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	52.119	36.091
Total	1.074.235	1.051.258

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em 08 de abril de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações vinculadas a concessão.

Até 31 de dezembro de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$52.119 (R\$36.091 em 2014).

A ABRADDE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2015
Edificações e benfeitorias	3,88%
Máquinas e equipamentos	14,26%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,08%

Reavaliação Espontânea

A Companhia procedeu em 2005 a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do imobilizado.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2005 aprovou a nomeação de empresas

especializadas e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, no qual constam os novos valores dos bens do imobilizado na data-base de 31 de maio de 2005, conforme detalhado a seguir:

	Laudo de avaliação	Valor residual	Incremento (redução)
Geração	183.051	112.947	70.104
Transmissão	1.795	2.677	(882)
Distribuição	1.208.244	815.424	392.820
Administração	43.444	37.265	6.179
Total	1.436.534	968.313	468.221
Impostos diferidos			(156.358)
Reavaliação anterior			150.728
Realização da reavaliação líquida de impostos diferidos (depreciação/baixas/reversão)			(328.265)
Reavaliação própria ou ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em 2015			134.326

O efeito da realização da reavaliação no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$16.101 (R\$16.649 em 2014), líquido dos efeitos tributários.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada.

Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

17 Fornecedores

	2015	2014
Suprimento:		
Contratos Bilaterais (1)	614.294	477.458
Uso da rede básica (1)	8.887	3.436
CCEE	40.170	-
Energia livre	7.860	7.860
Combustível (2)	-	665
Materiais e serviços e outros (3)	69.385	49.739
Total	740.596	539.158
Circulante	428.471	188.018
Não Circulante	312.125	351.140

- (1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias, inclui o montante de R\$351.140 (R\$351.140 em 2014) referente ao parcelamento dos débitos com Eletrobrás do repasse Itaipu, consolidado em agosto de 2014 em 60 parcelas, com taxa de juros de 115% do CDI, sendo nas 24 primeiras amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais será amortizado o principal.

Movimentação ELB repasse Itaipú	2015	2014
Parcelamento	351.140	351.140
Juros	50.433	16.861
Amortização	(50.433)	(16.861)
Total	351.140	351.140
Circulante	39.015	-
Não Circulante	312.125	351.140

- (2) Refere-se à aquisição de combustível da CCC - Conta de Consumo de Combustível, para as Usinas Térmicas da Guariba, Paranorte e Rondolândia.
- (3) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

	2015	2014
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	954.831	774.876
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	20.116	23.342
Encargos de dívidas - moeda nacional	3.795	2.822
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	29	29
(-) Marcação a mercado de dívidas	(299)	-
Total	978.472	801.069
Circulante	113.739	78.321
Não Circulante	864.733	722.748

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (*)	Garantias
	2015	2014					
FIDIC Grupo Energisa IV	354.197	353.870	TR + 8,00% a.a.	out-34	Mensal	9,80%	F
CCB - Fibra	-	7.971	-	-	-	-	-
CCB - JP Morgan	21.085	35.959	CDI + 2,00% a.a.	mai-17	Mensal	15,24%	F
CCB - Santander	32.335	32.270	CDI + 2,30% a.a.	jun-17	Mensal	15,54%	F + A
CCB - Bank of China	30.027	-	CDI + 2,50% a.a.	nov-16	Final	15,74%	A
			TJLP + 3,90 a 6,50% a.a.			10,90% a 12,50%	
FINAME - Safra	28	109	a.a.	abr-16	Mensal	-	-
Luz para Todos I - Eletrobrás	160.391	203.332	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	ago-22	Trimestral	6,0 a 8,0%	-
Luz para Todos II - Eletrobrás	144.191	144.187	SELIC	nov-19	Mensal	13,32%	-
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.			10,96% a 11,26%	
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	62.855	-	a.a.	nov-21	Mensal	-	A
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.			10,96% a 11,26%	
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	57.964	-	a.a.	nov-21	Mensal	-	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	49.710	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	45.843	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Total em Moeda Nacional	958.626	777.698					
Resolução 4131-Bank of America ML ⁽¹⁾	20.145	23.371	Libor + 1,50% a.a.	mai-17	Mensal	48,80%	D
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(299)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	19.846	23.371					
Total dos empréstimos e financiamentos	978.472	801.069					

A = Aval Energisa S.A., C= Depósito e caução, D=Fiança, F=Recebíveis.

(*) Inclui variação cambial

- (1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32).
- (2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 32).
- (3) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$325.030, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora final Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2015 foram liberados R\$216.167, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Companhia possui Covenants para os contratos JP Morgan, Bank of America e Santander. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2015	2014
US\$ x R\$	47,01%	13,39%
TJLP	7,00%	5,00%
SELIC	13,32%	10,90%
CDI	13,24%	10,81%
LIBOR	0,29%	0,23%
TR	1,80%	0,86%

Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2017	145.995
2018	139.449
2019	114.237
2020	60.206
Após 2020	404.846
Total	864.733

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	2015	2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	801.069	957.988
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	315.761	378.246
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	83.493	79.703
Marcação a Mercado das Dívidas	(299)	-
Pagamento de principal	(147.734)	(535.957)
Pagamento de juros	(73.818)	(78.911)
Saldos finais - 2015 e 2014	978.472	801.069
Circulante	113.739	78.321
Não circulante	864.733	722.748

19 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

Descrição	2ª Emissão	5ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública
Data de emissão	15/04/2010	15/05/2014
Data de vencimento	15/05/2017	17/05/2021
Garantia	Flutuante	Flutuante
Rendimentos	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 2,28%
TIR (taxa efetiva de juros)	1ª Serie 15,99% a.a - 2ª a 13ª Séries 19,82%	15,52%
Quantidade de títulos	250	45.000
Valor na data de emissão	1.000.000	10.000
Títulos em circulação	250	45000
Carência de Juros	6 meses	6 meses
Data de repactuação	01/08/2012	-
Amortizações/parcelas	Mensal	Mensal após a carência

	2ª Emissão	5ª Emissão	Total
Saldos em 2015 (1)	-	456.240	456.240
Circulante	-	60.630	60.630
Não circulante	-	395.610	395.610
Saldos em 2014 (1)	40.430	453.622	494.052
Circulante	40.430	6.315	46.745
Não circulante	-	447.307	447.307

(1) Inclui R\$2.693 (R\$3.647 em 2014) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Essa garantia é estruturada a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). Em 31 de dezembro de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2015, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2017	89.572
2018	89.572
2019	89.572
2020	89.572
Após 2020	37.322
Total	395.610

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	2015	2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	494.052	287.777
Novas emissões de debêntures-3ª emissão	-	450.000
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	71.133	67.524
Pagamento de principal	(40.190)	(257.072)
Pagamento de juros	(68.755)	(54.177)
Saldos finais - 2015 e 2014	456.240	494.052
Circulante	60.630	46.745

Não circulante

395.610

447.307

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2016	2017	2018 em diante	Total
Debêntures 5ª Emissão	908	404	1.381	2.693
Total	908	404	1.381	2.693

20 Financiamento por arrendamento mercantil

Operações	Total	
	2015	2014
HP - 04365ER14V6	-	27
Total em moeda nacional	-	27
CESSNA FINANCE (1)	46.744	35.898
Total em moeda Estrangeira	46.744	35.898
Total	46.744	35.925
Circulante	9.471	4.142
Não Circulante	37.273	31.783

(1) Contratos com incidência de Caução no montante de R\$12.000 em 31 de dezembro de 2015 (R\$8.141 em 2014), contabilizado na rubrica Cauções e Depósitos Vinculados.

A Companhia possui aeronave no montante de R\$8.079 (R\$13.531 em 2014), líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, que possui cláusulas de opção de compra, com prazo de duração de 10 anos e taxas de juros conforme abaixo:

Condições contratuais do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2015:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR(Taxa efetiva de juros)
CESSNA FINANCE	29/09/2020	Trimestral	Depósito Caução	120	USD	6,75%	53,76%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$5.452 (R\$5.452 em 2014), como despesa de depreciação e de R\$3.275 (R\$2.347 em 2014) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$46.744 (R\$35.898 em 2014), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2015 os contratos classificados no não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2017	9.939
2018	9.939
2019	9.939
2020	7.456
Total	37.273

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	2015	2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	35.925	35.149
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	19.653	6.696
Pagamento de principal	(5.559)	(3.573)
Pagamento de juros	(3.275)	(2.347)
Saldos finais - 2015 e 2014	46.744	35.925
Circulante	9.471	4.142
Não circulante	37.273	31.783

21 Tributos e Contribuições Sociais

21.1 Impostos e contribuições sociais correntes

	2015	2014
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	97.817	63.507
Encargos sociais	5.529	3.702
Contribuições ao PIS e a COFINS	37.008	10.299
IRPJ/CSLL	-	10.531
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.072	696
Outros	3.905	2.144
Total	145.331	90.879
Circulante	142.043	90.879
Não Circulante	3.288	-

21.2 Parcelamentos de impostos

	2015	2014
ICMS (1)	2.897	5.899
Total II	2.897	5.899
Circulante	2.897	3.534
Não circulante	-	2.365
Total Geral - Circulante	144.940	94.413
Total Geral - Não Circulante	3.288	2.365

- (1) Em setembro de 2013, a Companhia consolidou junto a Secretaria de Fazenda - SEFAZ, parcelamento de ICMS sobre a demanda contratada de energia elétrica, conforme Processo 597481-2013 em 36 parcelas mensais e consecutivas. O valor de cada parcela será atualizada pelo IGP-DI, sendo a primeira parcela paga em 13 de setembro de 2013 e a última será paga em agosto de 2016.

Segue a movimentação dos parcelamentos:

ICMS	2015	2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	5.899	8.090
Novo Parcelamento	-	734
Juros	720	668
Amortização	(3.722)	(3.593)
Saldos finais - 2015 e 2014	2.897	5.899

22 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2015	2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	26.112	144.392	38.476	208.980	168.635
Provisão contingências	7.502	72.941	11.006	91.449	105.396
Reversões de provisões	(14.556)	(74.506)	(15.361)	(104.423)	(55.427)
Pagamentos realizados	(8.981)	(24.232)	(15.454)	(48.667)	(19.825)
Atualização monetária	1.528	10.361	2.924	14.813	10.201
Saldos finais - 2015 e 2014	11.605	128.956	21.591	162.152	208.980
Depósitos e cauções vinculados (*)				(3.086)	(2.075)

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto discussões sobre recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, em sua grande maioria relacionada a ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, FGTS e demais verbas contratuais/legais.

No exercício foram constituídas cerca de R\$7.502 de aumento de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreavisos. Entretanto a Companhia realizou pagamentos da ordem de R\$8.981, e por consequência reverteu provisões de R\$14.556. Estes arquivamentos de processos estão basicamente relacionados às ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente à Companhia, encerradas por acordo de pagamento.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por

irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia.

As provisões cíveis no exercício foram incrementadas em mais R\$72.941, principalmente relacionadas a novas ações e ao agravamento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões com consumidores, sobre os valores que compõe as faturas das notas fiscais/conta de energia elétrica e suspensão de fornecimento, bem como danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica. Entretanto a Companhia realizou pagamentos da ordem de R\$24.232, e por consequência reverteu provisões de R\$74.506. Estes arquivamentos de processos estão basicamente relacionados às ações envolvendo questionamento dos valores nas faturas, danos decorrentes de variações na tensão elétrica e danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente à Companhia, encerradas por acordo de pagamento.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

O incremento de novas provisões no exercício foram de R\$11.006, principalmente relacionadas ao recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS, entretanto a Companhia realizou pagamentos da ordem de R\$15.454, e por consequência reverteu provisões de R\$15.361.

A reversão da provisão foi ocasionada pela baixa de processos de cobrança indevida de diferencial de alíquota de ICMS pela SEFAZ de Mato Grosso, em virtude de pagamento realizado no âmbito de programa de parcelamento (pagos em parcela única, com benefícios), após julgamento parcialmente procedente do auto de infração correlato.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$738.357 (R\$447.695 em 2014), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Seguem comentários dos consultores jurídicos da Companhia referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$28.649 (R\$29.054 em 2014) têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$135.284 (R\$141.927 em 2014), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$574.424 (R\$276.714 em 2014), referem-se basicamente, aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) na figura de substituto tributário dos municípios, entre outros.

A variação ocorrida no exercício refere-se principalmente pela inserção de um processo administrativo envolvendo ICMS sobre a demanda de energia, de compensação de débitos fiscais, com investimentos realizados pela Companhia no sistema elétrico, no âmbito dos Decretos Estaduais n.ºs 1.171/2012 e 2.042/2013 (Lei da Copa).

Com relação ao processo referente a incidência do ICMS sobre a demanda de energia, que deixou de ser arrecadado em virtude de decisões judiciais determinando a suspensão da exação, anteriormente obtidas por consumidores, a Companhia vem mantendo discussões com a Secretaria da Fazenda do Mato Grosso, após a cassação das referidas decisões judiciais, de modo a compor a forma mais eficaz de propiciar a arrecadação e recolhimento do tributo. As discussões envolvem consumidores industriais e comerciais organizados por seus respectivos órgãos de classe, que representam os principais devedores do ICMS sobre demanda, para construção de proposta conjunta a ser levada ao Estado, que permita o recolhimento do tributo em plano de parcelamento específico, preferencialmente mediante adesão direta pelos consumidores. Em 2015, o processo de ICMS sobre demanda montava em R\$297.710, que somado as discussões já existentes totaliza R\$569.027, para o qual a Companhia não constituiu provisão baseada na avaliação de seus consultores jurídicos de que a perda seria possível.

A proposta alinhada entre a Companhia e representantes dos principais consumidores, será levada ao Estado no curto prazo, para discussão e aprovações legislativas necessárias.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos e as provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Uso de Estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

23 Encargos setoriais e Incorporação de Redes

23.1 Taxas Regulamentares

	2015	2014
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	51.708	51.686
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	-	68.264
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	53.906
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	152.587	103.044
Total	204.295	276.900
Circulante	70.323	126.181
Não circulante	133.972	150.719

Em 12 de agosto de 2014, o parcelamento dos débitos em atraso da RGR e CDE foi consolidado em 60 parcelas, com aplicação da taxa Selic, sendo nas 24 primeiras, amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais, será amortizado o principal. Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas com incidência da variação mensal da taxa de juros Selic.

Segue a movimentação no exercício:

Movimentação	2015	2014
Parcelamento RGR, CDE, CCC e PROINFA	273.747	332.869
Juros	21.571	12.746
Amortização	(143.595)	(71.868)
Total Parcelamento	151.723	273.747
Quota corrente - CDE	52.572	3.153
Total Geral	204.295	276.900

23.2 Obrigação do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, nº 11.465 e nº 12.212, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 20 de janeiro de 2010, respectivamente.

	2015	2014
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.031	629
Ministério de Minas e Energia - MME	515	80
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	45.257	37.185
Programa de Eficiência Energética - PEE	77.611	79.857
Total	124.414	117.751
Circulante	38.571	61.911
Não Circulante	85.843	55.840

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 556, de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Total dos encargos setoriais (taxas regulamentares e obrigação do PEE)	2015	2014
Circulante	108.894	188.092
Não Circulante	219.815	206.559

23.3 Incorporação de Redes

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica em áreas rurais em Mato Grosso foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1993, publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

As incorporações de redes particulares em 31 de dezembro de 2015 montam em R\$256.362 (R\$252.596 em 2014), dos quais R\$71.200 estão classificados como circulante (R\$100.019 em 2014).

O aumento do valor a ser pago aos consumidores ocorreu em função do aumento de novos projetos a incorporar além da atualização dos saldos já constituídos.

Descrição	2015	2014
Saldos em 2014 e 2013	252.596	183.665
Adição ocorridas no exercício	33.111	38.627
Atualização monetária	33.914	44.598
Baixas realizadas no exercício (*)	(63.259)	(14.294)
Saldos em 2015 e 2014	256.362	252.596
Circulante	71.200	100.019
Não circulante	185.162	152.577

(*) Deste total, R\$47.551 (R\$14.294 em 2014), refere-se a pagamentos e R\$15.708 a processos indeferidos.

24 Outras contas a pagar

	2015	2014
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	12.201	12.201
Auto de infração	6.506	7.440
Adiantamento de consumidores	2.477	3.135
Encargos tarifários	3.622	3.641
Arrecadação de terceiros a repassar	637	746
Entidades seguradoras - prêmios de seguros	1.702	504
Outros credores	10.986	7.907
	38.131	35.574
Circulante	22.452	17.451
Não circulante	15.679	18.123

25 Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$1.118.910 (R\$1.118.910 em 2014) e está representado por 58.782 mil ações ordinárias (58.782 mil em 2014) e 111.546 mil ações preferenciais (111.546 mil em 2014), todas nominativas sem valor nominal.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 450.000 ações, sendo até 150.000 em ações ordinárias e até 300.000 em ações preferenciais.

25.2. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

25.3. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, o montante de R\$44.314 (R\$51.075 em 2014) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

25.4. Reserva de lucros - redução de imposto de renda

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Centro Oeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada para o período de 2014 a 2023, Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA - Laudo Constitutivo da SUDAM nº 114/2014, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não apurou base de cálculo de lucro de exploração.

25.5. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

Os dividendos a serem pagos às ações preferenciais terão um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre aqueles pagos às ações ordinárias.

A ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013 aprovou o Plano de Recuperação da Distribuidora, tendo, dentre outros, estabelecido a limitação de distribuição de dividendos em 25%. Caso a Companhia pretenda distribuir dividendos acima do mínimo exigido pela legislação deve solicitar anuência prévia a ANEEL.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2015, foram aprovados os dividendos relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$17.025 pagos entre março e maio de 2015.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2015, foi deliberado o pagamento de dividendos intercalares do exercício de 2015 no montante de R\$14.528.

Abaixo estão demonstradas as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Movimentação	2015	2014
Dividendos:		
Saldo no início do exercício - dividendos	17.169	19.625
Dividendos propostos no exercício	14.771	17.025
Dividendos pagos	(31.583)	(19.481)
Saldo de dividendos no final do exercício	357	17.169

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	45.246	104.774
Absorção de prejuízos anteriores	-	(50.615)
Reserva legal (5%)	(2.262)	(2.708)
Realização da reavaliação líquida de tributos	16.101	16.649
Lucro líquido ajustado	44.314	51.075
Dividendos obrigatórios (25%)	14.771	17.025
 Dividendos antecipados pagos:		
. Em julho de 2015 - R\$129,84 por ação	14.528	-
 Dividendos obrigatórios complementares	243	-
 Total dos dividendos	14.771	17.025
 % sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%

25.6. Outros resultados abrangentes

Refere-se à contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação no exercício de 2015 e 2014:

	2015	2014
Saldo inicial - 2014 e 2013	(6.024)	(9.713)
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	3.114	5.589
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(1.059)	(1.900)
Saldo final - 2015 e 2014	(3.969)	(6.024)

26 Receita operacional

	2015			2014		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	999.611	2.567.797	1.668.216	976.619	2.428.945	1.161.432
Industrial	22.747	892.423	718.763	22.431	960.443	561.049
Comercial	94.553	1.602.306	1.125.507	94.197	1.540.388	802.874
Rural	165.532	984.115	472.166	162.165	949.956	311.148
Poder Público	11.803	365.365	231.390	11.709	347.690	163.533
Iluminação Pública	843	327.272	101.517	792	302.493	65.921
Serviço Público	1.248	183.485	105.059	1.204	184.599	74.733
Consumo Próprio	302	10.406	-	290	10.577	-
Subtotal	1.296.639	6.933.169	4.422.618	1.269.407	6.725.091	3.140.690
Suprimento	-	482.240	220.890	-	92.554	138.830
Fornecimento não Faturado Líquido	-	17.547	29.054	-	(18.296)	15.198
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	95	-	206.204	87	-	141.413
Receita de Construção (1)	-	-	522.181	-	-	180.326
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	231.953	-	-	170.724
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(5.256)	-	-	(8.981)
(-) Excedentes de Reativos	-	-	(10.772)	-	-	(17.701)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	117.415	-	-	26.662
Outras receitas operacionais	-	-	28.514	-	-	26.795
Total - receita operacional bruta	1.296.734	7.432.956	5.762.801	1.269.494	6.799.349	3.813.956
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	1.078.798	-	-	778.216
PIS	-	-	85.947	-	-	60.679
COFINS	-	-	395.875	-	-	279.490
ISS	-	-	420	-	-	179
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (3)	-	-	161.273	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	14.806	-	-	11.394
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	523.806	-	-	34.734
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	14.806	-	-	11.394
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSFEE	-	-	3.666	-	-	-
Total - deduções receita operacional	-	-	2.279.397	-	-	1.176.086
Total - receita operacional líquida	1.296.734	7.432.956	3.483.404	1.269.494	6.799.349	2.637.870

- (1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica;
- (2) Refere-se a montante de ativo e passivo financeiro setorial reconhecido no resultado do exercício de 2015, de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.
- (3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país. A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das

bandeiras passaram a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional. As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram de R\$312.543, tendo sido repassados a CCRBT - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias o montante de R\$161.273.

Para os meses de janeiro a dezembro de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho 583 de 4 de março de 2015	(7.735)
Fevereiro	Despacho 829 de 30 de março de 2015	(15.006)
Março	Despacho 1356 de 4 de maio de 2015	(23.397)
Abril	Despacho 1743 de 29 de maio de 2015	(30.482)
Maiο	Despacho 2131 de 30 de junho de 2015	(29.516)
Junho	Despacho 2440 de 29 de julho de 2015	(27.390)
Julho	Despacho 3386 de 06 de outubro de 2015	(18.708)
Agosto	Despacho 3387 de 06 de outubro de 2015	(21.058)
Setembro	Despacho 3.607 de 29 de outubro de 2015	(9.194)
Outubro	Despacho 3.887 de 01 de dezembro de 2015	23.284
Novembro	Despacho 007 de 5 de janeiro de 2016	(645)
Dezembro	Despacho 265 de 01 de fevereiro de 2016	(1.426)
Total		(161.273)

27 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	2015	2014
Energia elétrica comprada para revenda	1.903.037	-	-	-	1.903.037	1.369.232
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	215.207	-	-	-	215.207	87.753
Pessoal e administradores	-	114.576	-	35.162	149.738	150.111
Entidade de previdência privada	-	3.006	-	2.249	5.255	2.927
Material	-	39.607	(143)	5.300	44.764	38.711
Serviço de terceiros	-	176.641	-	69.560	246.201	230.601
Depreciação e amortização	-	103.635	-	14.966	118.601	117.346
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	10.287	-	-	10.287	61.228
Provisão para riscos	-	-	-	(61.641)	(61.641)	30.144
Custo de construção	-	-	522.181	-	522.181	180.326
Outros (1)	-	85.219	-	40.129	125.348	99.993
Total	2.118.244	532.971	522.038	105.725	3.278.978	2.368.372

(1) Inclui o valor de (R\$ 23.469) referente a reembolso de geração térmica conforme Lei 12.111/2009.

Energia elétrica comprada para revenda

	2015		2014	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Energia de Itaipú - Binacional	1.379.488	418.503	1.311.171	167.524
Energia de leilão	2.298.617	622.836	1.576.212	412.730
Energia bilateral	3.608.697	770.020	3.729.325	700.444
Cotas de Angra REN 530/12	246.168	44.682	245.176	36.338
Energia de curto prazo - CCEE	282.939	160.087	272.243	276.658
Cotas Garantia Física-Res.Homol.ANEEL 1410 - Anexo I	939.539	33.984	929.206	28.609
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	160.053	45.230	154.996	46.799
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	(8.124)	-	(157.868)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	(184.181)	-	(142.002)
Total	8.915.501	1.903.037	8.218.329	1.369.232

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

- (1) Através do Decreto Presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de novembro e dezembro de 2015, a ANEEL já homologou os valores para a Companhia, através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$8.124 (R\$157.868 em 2014).

Os valores referentes aos despachos de março de 2015 foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

Uso de Estimativa: As operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

28 Outros resultados

	2015	2014
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	4.087	674
Outras receitas	4.807	-
	8.894	674
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(19.917)	(28.317)
Faltas no inventário de estoques	-	(6.144)
Outras despesas	(527)	(12.901)
	(20.444)	(47.362)
Total	(11.550)	(46.688)

29 Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	51.032	37.179
Variação monetária e acréscimos moratórios de energia vendida	54.679	40.132
Mútuo com partes relacionadas	-	5.459
Juros ativos	3.500	13.552
Operações de swap	-	3.424
Juros atualização contas a receber da concessão - VNR	81.018	24.358
Ajuste a valor presente	13.174	23.521
Juros ativo financeiro setorial	16.684	-
Outras receitas financeiras	12.013	14.394
Total das receitas financeiras	232.100	162.019
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas - juros	(146.027)	(129.505)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(78.685)	(41.279)
Juros e multas	(25.889)	(124.257)
Marcação a mercado de dívidas	299	-
Marcação a mercado de derivativos	(394)	(259)
Instrumentos financeiros derivativos	7.104	(2.740)
Ajuste a valor presente	(17.476)	(21.841)
Encargos financeiros - parcelamento da lei nº 11.941/2009	-	(9.142)
Atualização projetos PEE - P&D	(10.977)	(8.337)
Juros de incorporação de redes	(33.914)	(44.598)
Juros passivo atuarial	(569)	(1.659)
Juros passivo financeiro setorial	(9.735)	-
Outras despesas financeiras	(39.034)	(37.033)
Total das despesas financeiras	(355.297)	(420.650)
Resultado financeiro	(123.197)	(258.631)

30 Lucro por ação

Cálculo de lucro por ação (em milhares de reais, exceto o valor por ação):

	Exercícios findos em:	
	2015	2014
Lucro líquido básico por ação:		
Numerador		
Lucro líquido do exercício		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	30.591	71.153
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	14.655	33.621
	45.246	104.774
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	111.546	97.925
Média ponderada de número de ações ordinárias	58.782	50.898
	170.328	148.823
Lucro líquido básico por ação: (*)		
Ação preferencial	0,2742	0,7266
Ação ordinária	0,2493	0,6606

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor

31 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2015	2014
Vida em Grupo e acidentes pessoais	31/12/2016	100.782	280	180
Riscos Operacionais	23/10/2016	43.000	508	291
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	827	1.384
Frota	30/11/2016	Ate 360/veículos	281	222
Aeronáutico (Casco)	30/11/2016	251.559	103	67
Aeronáutico (RETA)	30/11/2016	898	5	2
Transportes	30/01/2017	2.000/transporte	77	73
			2.081	2.219

Vida em Grupo: Cobertura Básica-Morte, Indenização Especial de Morte por Acidente, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e Invalidez por Doença - Funcional.

Riscos Operacionais: a apólice garante as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e accidental a edifícios, equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado descrito na apólice.

Responsabilidade Civil Geral: cobertura dos danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais. Trata-se de apólice corporativa.

Automóveis: cobertura de colisão, incêndio e roubo (casco) e de danos materiais, corporais e morais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

Aeronáutico casco/LUC: Casco: garantia ao segurado na perda e/ou avaria da aeronave. LUC - Limite Único Combinado: é o reembolso das obrigações que o segurado vier a ser obrigado a pagar judicialmente ou por acordo previamente autorizado pela seguradora, por danos pessoais e/ou materiais e transportados e/ou não transportados.

Transportes: cobertura garantindo os reparos ou a reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres.

32 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2015		2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	192.754	192.754	130.640	130.640
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	139.054	139.054	550.962	550.962
Consumidores e concessionárias	2	600.369	600.369	497.506	497.506
Títulos de crédito a receber	2	16.359	16.359	25.618	25.618
Conta a receber da concessão	3	1.074.263	1.074.263	878.868	878.868
Instrumentos financeiros derivativos	2	8.002	8.002	3.154	3.154
Ativo financeiro setorial	3	259.578	259.578	190.377	190.377

PASSIVO	Nível	2015		2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	2	740.596	740.596	539.158	539.158
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e encargos de dívidas	2	1.481.456	1.481.456	1.331.046	1.331.046
Parcelamento de tributos	2	2.897	2.897	5.899	5.899
Parcelamento de taxas regulamentares	2	151.723	151.723	273.747	273.747
Incorporação de redes	2	256.362	256.362	252.596	252.596
Passivo financeiro setorial	3	109.565	109.565	164.728	164.728
Instrumento financeiro	2	-	-	259	259

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$87.967, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 14 e 10.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a

receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse, a 2ª e a 5ª emissão de debêntures, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2015 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$299 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Uso de Estimativa: Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2015	2014
Dívida (1)	1.481.456	1.331.046
Caixa e equivalentes de caixa	(192.754)	(130.640)
Dívida líquida	1.288.702	1.200.406
Patrimônio líquido (2)	1.349.626	1.317.096
Índice de endividamento líquido	0,95	0,91

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18, 19 e 20.

(2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14,14%	439.107	39.016	117.047	195.078	-	790.248
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	13,59%	143.525	216.975	653.365	412.548	885.968	2.312.381
Parcelamento de tributos	13,47%	2.563	724	-	-	-	3.287
Parcelamento taxas regulamentares	13,47%	21.441	16.747	50.240	83.733	-	172.161
Total		606.636	273.462	820.652	691.359	885.968	3.278.077

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2015	2014
Caixa e equivalente de caixa	192.754	130.640
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	139.054	550.962
Consumidores e concessionárias	600.369	497.506
Títulos de crédito a receber	16.359	25.618
Ativo financeiro setorial	259.578	190.377
Conta a receber da concessão	1.074.263	878.868
Instrumentos financeiros derivativos	8.002	3.154

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 10, 14 e 32.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos em moeda nacional, parcelamento de impostos e encargos setoriais apresentados na nota explicativa nº 18, 19, 20, 21 e 23 é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com alta de 47,01% sobre 2014, cotado a R\$3,9048/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%, enquanto em 2014 foi de 19,45%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2015 de R\$1.484.149 (R\$1.334.693 em 2014), R\$66.590 (R\$59.269 em 2014) estão representados em dólares:

- (i) US\$11,97 milhões de empréstimo com o Cessna Finance (US\$11,97 milhões de principal);
- (ii) US\$5,98 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$5,98 milhões de principal);

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa do financiamento junto o Bank of America Merrill Lynch, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida no instrumento descrito a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131				
BAML X EMT 1	7.273		04/05/2017	Fair Value Hedge
P. Ativa		Libor + 1,50%		
P. Passiva		CDI + 1,45%		

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que esta operação poderá ter sua proteção reestruturada e mesmo seu prazo alongado a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014 que podem ser assim resumidos:

Operação	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2015	2014		2015	2014
			Posição Ativa		
Swap Cambial			Moeda Estrangeira-LIBOR	19.979	23.418
	11.745	20.036	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(11.977)	(20.523)
			Posição Total	8.002	2.895

O Valor Justo dos derivativos contratados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2015 e 2014, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-		431	(4.471)	(9.379)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - LIBOR	19.979	Alta US\$	19.548	24.450	29.358
Posição Passiva					
Taxa de Juros CDI	(11.977)		(11.977)	(11.977)	(11.977)
Subtotal	<u>8.002</u>		<u>7.571</u>	<u>12.473</u>	<u>17.381</u>
Total Líquido - ganhos (perdas)	<u>8.002</u>		<u>8.002</u>	<u>8.002</u>	<u>8.002</u>

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2015, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$8.002, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria positivo de R\$8.002 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,24% ao ano e TJLP = 7,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	283.895	Alta do CDI	42.385	52.981	63.577
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(19.846)	Alta do CDI	(2.963)	(3.703)	(4.444)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(542.380)	Alta do CDI	(80.978)	(101.222)	(121.466)
	(120.847)	Alta da TJLP	(8.459)	(10.574)	(12.689)
	(239.744)	Alta do SELIC	(34.163)	(42.704)	(51.245)
	(354.197)	Alta da TR	(6.376)	(7.970)	(9.564)
Subtotal (**)	(1.277.014)		(132.939)	(166.173)	(199.408)
Total (Perdas)	(993.119)		(90.554)	(113.192)	(135.831)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2016 (14,93% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2015, TJLP 7,0% ao ano, Selic 14,25% e TR 1,8% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 207.134.

33 Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2015, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$3.699 (R\$2.893 em 2014).

A Companhia patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

a. Plano de Benefícios CEMAT BD-I:

Instituído em 1/1/1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 1/1/1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

b. Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pela Companhia e de forma solidária com as demais patrocinadoras do grupo Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial".

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartmentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

c. Plano de Benefício CEMAT-OP:

Instituído em 1/1/1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento. Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante. A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

A contribuição da patrocinadora durante o exercício de 2015 foi de R\$241 (R\$243 em 2014).

34.1 Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 2015

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2015, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, apresentam a seguinte situação:

a. Informações dos participantes:

	Planos de Benefícios		
	CEMAT BD-I	R	CEMAT-OP
Número Participantes	3	2.090	2.089
Número Assistidos	88	30	165
Número Beneficiários Pensionistas (famílias)	51	22	38
	142	2.142	2.292

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2015	Avaliação atuarial 2014
Taxa de desconto atuarial	7,50%	6,05%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	13,41%	11,88%
Taxa de crescimento salarial (*)	8,67%	7,61%
Taxa de inflação projetada	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10% por sexo	AT 2000 Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI85 por sexo	MI85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light média	Light média

(*) inclui expectativa de inflação futura projetada

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo o CPC31/IAS16.

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como “remensurações” em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

c. Conciliação da posição dos fundos de benefício definido

	CEMAT - BD-I		OP		R		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefício definido								
Saldo no início do exercício	48.989	45.942	80.506	100.343	29.461	32.228	158.956	178.513
Custo do serviço corrente	4	23	-	-	313	-	317	23
Custo do serviço passado	-	-	-	(44.610)	-	-	-	(44.610)
Custo dos juros	5.575	5.116	9.218	11.174	3.405	3.589	18.198	19.879
Benefícios pagos	(4.246)	(1.024)	(6.004)	(1.712)	(1.639)	(249)	(11.889)	(2.985)
Ganhos/Perdas atuariais	(695)	(1.068)	(7.702)	15.311	(3.855)	(6.107)	(12.252)	8.136
Saldo no final do exercício	49.627	48.989	76.018	80.506	27.685	29.461	153.330	158.956
Valor justo dos ativos do plano								
Saldo no início do exercício	45.301	46.117	77.363	113.330	25.327	17.332	147.991	176.779
Retorno esperado	5.137	5.136	8.844	12.620	2.914	1.930	16.895	19.686
Alteração regulamentar do Plano OP	-	-	-	(38.532)	-	-	-	(38.532)
Benefícios pagos	(4.246)	(1.024)	(6.004)	(1.712)	(1.639)	(249)	(11.889)	(2.985)
Contribuição do empregador	-	-	-	-	402	-	402	-
Ganhos/Perdas atuariais	378	(4.928)	2.165	(8.343)	(4.683)	6.314	(2.140)	(6.957)
Saldo no final do exercício	46.570	45.301	82.368	77.363	22.321	25.327	151.259	147.991
Posição líquida (a)(b)(c)	(3.057)	(3.688)	6.350	(3.143)	(5.364)	(4.134)	(2.071)	(10.965)
Exposição Não reconhecida limite do ativo	-	-	6.350	-	-	-	6.350	-
Exposição reconhecida	(3.057)	(3.688)	-	(3.143)	(5.364)	(4.134)	(8.421)	(10.965)

(a) Apurou-se um déficit no Plano CEMAT BD-I de R\$3.057 que foi reconhecido no passivo da patrocinadora;

(b) Apurou-se um superávit no Plano OP de R\$6.350;

(c) Apurou-se um déficit do Plano R de R\$5.364 que refere-se substancialmente a inclusão dos participantes ativos deste plano na avaliação atuarial, na qual adotou-se o método do crédito unitário projetado. Assim, foi reconhecido no passivo da patrocinadora o montante do déficit apurado.

Reconciliação	2015	2014
Posição líquida em 2014	(10.965)	(14.896)
Efeito em ORA	3.114	5.589
Contribuição do empregador	402	-
Efeito no Resultado do Exercício	(972)	(1.659)
Posição líquida em 2015	(8.421)	(10.965)

Demonstração das despesas para o exercício de 2016, segundo critérios do CPC31/IAS16:

	2016
Custo do serviço corrente (com juros)	318
Juros sobre as obrigações atuariais	19.735
Rendimento esperado dos ativos do plano	(19.484)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	569

Uso de Estimativa: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CPC31/IAS16 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido às restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	CEMAT - BD-I		OP		R	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Investimentos:						
Títulos públicos	46,13%	27,35%	58,18%	33,14%	62,15%	46,95%
Créditos privados e depósitos	41,90%	43,75%	29,58%	37,85%	8,61%	20,70%
Ações	0,57%	0,42%	0,52%	0,39%	0,53%	0,39%
Fundos de investimento	10,26%	27,27%	6,96%	24,18%	27,62%	30,73%
Empréstimos e financiamentos	1,11%	1,17%	4,72%	4,40%	1,05%	1,18%
Outros	0,03%	0,04%	0,04%	0,04%	0,04%	0,05%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Plano de saúde

A Companhia patrocina plano de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas com o plano de saúde foram de R\$10.586 (R\$8.445 em 2014).

34 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia						
Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
2016 a 2048	1.316.327	1.336.302	1.450.693	1.552.027	1.548.133	16.757.579

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2015, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

35 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 10 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica em 141 municípios no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013. Vide detalhes sobre a renovação de concessões na nota explicativa nº1.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. De acordo com tais contratos, as concessões nas atividades de geração de energia elétrica da Companhia são as seguintes:

Concessão de usinas térmicas	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW (*)	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 3 Usinas Termelétricas, são elas: Guariba, Paranorte e Rondolândia.	4,00	1,64	10/12/1997	10/12/2027

(*) Não auditado pelos auditores independentes

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,26% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da Companhia.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

36 Meio Ambiente (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis.
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado, e quando necessário, o Estudo Fitossociológico. Também apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.

3. Nas construções das linhas de distribuição de alta tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS são elaboradas em estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais.
4. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores e da comunidade para utilizar os recursos naturais de forma racionais e sustentáveis e otimização da qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
5. A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
6. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
7. Atuação junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
8. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder.
9. Na Operação das Subestações realizamos a elaboração de Laudo de Ruído de Fundo, como também Laudo de Conformidade Eletromagnética.

No exercício de 2015 os montantes investidos nos projetos com impactos ambientais totalizam R\$1.053 (R\$1.351 em 2014).

(*) Informações não financeiras não auditadas pelos auditores independentes.

37 Informações adicionais aos fluxos de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como segue:

	2015	2014
Atividades Operacionais	236.469	207.623
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativo	118.222	123.628
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	81.018	24.358
Cauções e depósitos - Empréstimos	-	37.418
Fornecedores	37.229	22.219
Atividades de Investimentos	37.229	22.219
Aquisição de intangível em processo de pagamento	37.229	22.219
Atividades de Financiamentos	33.111	37.418
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	33.111	-
Empréstimos e Financiamentos	-	37.418

A Energisa S.A. e Rede Energia S.A. em conjunto com sua controlada indireta e direta, Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (EMT) aprovaram a emissão de novas séries de quotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados IV Energisa Centro Oeste ("FIDC") no montante total de até R\$481.000.

Bandeiras tarifárias

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras tarifárias sofreram reajustes a partir de 01 de fevereiro de 2016, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. Em fevereiro de 2016, alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. Em fevereiro de 2016, passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.